

ESPECIAL

Universidade/Empresa

José E. Mindlin

Agradeço o amável convite que me foi feito para falar na abertura deste encontro, pois é um privilégio a oportunidade que inesperadamente me foi dada de expor algumas reflexões sobre um tema que sempre considerei da maior importância. Mas, se é um privilégio, é também um grande desafio e uma grande responsabilidade enfrentar um auditório como este, de expoentes do mundo universitário. Seria fácil se eu falasse apenas da empresa, mas não resisto à tentação de analisar também alguns aspectos da universidade em nosso país, e isso, evidentemente, poderia ser visto como uma ousadia de um estranho no ninho, e, por isso mesmo, constitui um risco. Mas risco é uma coisa que se deve estar disposto a enfrentar quando se busca soluções para um problema difícil. Na realidade, se procura neste encontro um caminho para o bom relacionamento entre a universidade e a empresa, creio que posso ter a pretensão de nem ser um estranho no ninho, nem ser, perante os senhores, um representante "do outro lado". Acho que estamos todos do mesmo lado, quando buscamos em conjunto a solução de um problema que todos queremos resolver.

De fato, a importância do relacionamento entre a universidade e a empresa, como fator de desenvolvimento, vem sendo proclamada constantemente, tanto por membros da área acadêmica, como do setor empresarial. Trata-se, no entanto, de um reconhecimento genérico, restando na realidade ainda muito por fazer para que o estreitamento dessa relação se torne um fato corrente, de aplicação prática rotineira.

É que, entre uma idéia e sua concretização, em qualquer campo, sempre existe uma distância a vencer. Concordar, em princípio, é relativamente fácil. Quando se

procura, porém, detalhar os procedimentos para que essa idéia se transforme em realidade, começam a surgir problemas que devem ser enfrentados com muita objetividade, para que possam ser solucionados.

Falta, desde logo, um bom conhecimento recíproco, embora existam, é claro, muitos casos de amizade pessoal entre professores, pesquisadores e empresários, e o próprio convite que recebi é um bom exemplo do poder dessa amizade. A experiência vem demonstrando, no entanto, que esse relacionamento individual não é suficiente. Existe na realidade – e essa realidade deve ser enfrentada – um antigo e persistente preconceito de uns em relação aos outros, que, como todo preconceito, não corresponde à verdade. Os empresários são tidos ainda, ao menos em boa parte do meio acadêmico - e isso eu digo com todas as ressalvas que as generalizações exigem –, como pessoas muito mais preocupadas com seus interesses individuais do que com o bem público, visando, por isso mesmo, apenas a vantagens materiais diretas, ao invés de se preocuparem com os problemas da coletividade, tanto econômicos, como políticos e sociais. Há quem veja no meio empresarial o propósito de se aproveitar da universidade em seu benefício, considerando como função precípua, se não exclusiva da universidade, a formação de mão-de-obra qualificada para a indústria, o comércio, a agricultura ou os serviços.

Dentro dessa ótica, boa parte do meio empresarial, por sua vez, vê no acadêmico um sonhador desligado das realidades do dia-a-dia, desconhecendo os problemas da produção e do mercado, das relações entre o capital e o trabalho, e mais preocupado com sua carreira e com as abstrações próprias de uma imaginação criativa, do

Palestra proferida no "Seminário Nacional sobre a Interação da Universidade com o Setor Produtivo". Guarujá, 10 de março de 1991.

que com os problemas reais do país—coincidência curiosa de duas visões erradas. Porque é óbvio que essas perspectivas, que apresento com proposital exagero, mas que existem em maior ou menor proporção num e noutro meio, estão longe de corresponder a uma visão correta. Do lado empresarial, vem ganhando terreno o conceito de não mais se considerar a empresa como uma finalidade em si mesma, para encará-la como um instrumento de desenvolvimento social. A modernização da empresa brasileira, sua inserção num contexto mundial e a própria transformação da sociedade brasileira vêm aos poucos modificando a atitude convencional anterior. Há, nas empresas e nas entidades empresariais, uma crescente preocupação social, assim como também estão surgindo maior participação empresarial no processo político e uma conscientização da importância da tecnologia como fator fundamental de melhoria da produção e das condições gerais de vida. A aceitação da legitimidade do movimento sindical, a responsabilidade pela preservação do meio ambiente, assim como do patrimônio histórico e cultural, a defesa da necessidade de melhor e mais equitativa distribuição de renda e também o respeito aos direitos do consumidor são todas facetas novas do empresário moderno, a ele estranhas no passado, e que tenho esperança de ver reconhecidas pela comunidade acadêmica. Também mudou, ou pelo menos vem mudando, a visão empresarial do papel da universidade na vida brasileira. É inegável que para muitos empresários — mas acredito que em número cada vez menor — a universidade existe para a formação de profissionais qualificados, capazes de assegurar o bom funcionamento dos diversos setores da economia nacional. Esta é, sem dúvida, uma das funções da universidade, mas está longe de ser a única, pois não pode, a meu ver, ser admitida uma visão tão restrita. Onde ficariam as assim chamadas ciências exatas e ciências humanas? Onde ficaria o astrônomo, ou o antropólogo, o psicólogo ou o entomologista, para citar a esmo apenas alguns exemplos, dentre tantos possíveis? Obviamente o papel da universidade é muito mais amplo que o de fornecer à empresa profissionais competentes, que a auxiliem em suas atividades, por mais construtivas, necessárias, ou mais úteis ao país que estas possam ser. De meu lado, vejo para a universidade, muito além desse papel — que existe — de formadora de profissionais que se espera sejam competentes, outras funções bem mais amplas, entre as quais destacaria desde logo as seguintes:

- 1º) A formação de pesquisadores, para gerar o saber e garantir meras de se adquirir e manter o conhecimento

científico e tecnológico e o desenvolvimento cultural em sua forma mais ampla, indispensáveis ao desenvolvimento do país. A própria absorção — já nem se falando da geração — da tecnologia avançada externa hoje exige uma dedicação especial.

- 2º) A formação de docentes em cada especialidade, de forma a assegurar a transmissão de conhecimentos a futuros profissionais, docentes e pesquisadores.
- 3º) A preservação e o enriquecimento do patrimônio cultural do país.
- 4º) A criação de um ambiente que favoreça a crítica e a transformação da própria sociedade, sugerindo formas de corrigir suas injustiças e ampliando as oportunidades de trabalho, de criatividade, de realização pessoal.

Tenho sido, até com risco de repetitiva monotonia, um apologista do esforço de capacitação científica e tecnológica, mas obviamente isso não se pode dar sem que simultaneamente se cultivem as ciências humanas, pois os reflexos de novas idéias atuam em todo o conjunto da sociedade. Mesmo no nosso atual estágio de desenvolvimento tem havido, aliás, poucas expressões de pesquisas procurando conhecer e mostrar novos caminhos para tipos de organizações mais condizentes com a modernidade, levando em conta as realidades de nossa cultura. Penso às vezes que há mais importação do que elaboração... Mas existem, evidentemente, esforços válidos, e vejo num encontro como este uma promissora indicação de busca desses novos caminhos.

Vejamos agora, ainda que rapidamente, o que vem ocorrendo nas universidades, para verificar se um maior entrosamento com o meio empresarial poderia contribuir para lhes resolver os problemas.

Houve, nestas últimas décadas, uma sensível evolução no conceito da universidade. Sua criação, em diversos estados, foi inegavelmente útil, pois aglutinou cursos dispersos, permitiu maior eficiência, sistematizando melhor o ensino e proporcionando melhores condições de produção intelectual. Mas nem tudo foi positivo. A proliferação de faculdades nem sempre aparelhadas, seja do ponto de vista do corpo docente, laboratórios etc., atraiu para o ensino superior um contingente de alunos sem preparo para exercer até mesmo uma profissão (nem se fala em pesquisadores), em detrimento de escolas técnicas de nível médio, tão importantes em qualquer estágio industrial. Criaram-se desde logo estruturas burocráticas rígidas,

o acesso ficou limitado a um grupo reduzido da população, não só por falta de vagas suficientes, como talvez até mais por força das falhas da educação de 1º e 2º graus. Entrou muita gente no ensino superior que deveria estar nos cursos técnicos.

Acho imperativo que se dedique o maior empenho à solução dos problemas das falhas da educação de 1º e 2º graus, sendo manifestamente insuficiente o que se gasta nesse campo. Quando se constata que quase metade dos professores do 1º grau no Brasil não completaram, eles próprios, o 1º grau, que, de cada 10 mil alunos que iniciam seus estudos, menos de 1% completa o 2º grau, isto sem falar dos milhões que nem sequer ingressam na escola e que boa parte dos professores primários está longe de ganhar o salário mínimo, o quadro é assustador. Mesmo nas universidades, diria com certo exagero que bons professores não sei se constituem a maioria. Há vícios antigos, e a cátedra vitalícia, na sua época, não só favoreceu a formação de feudos, como não estimulou a reciclagem e a atualização dos conhecimentos. Aliás, o sistema que a sucedeu não eliminou completamente essas distorções. Além disso, constituindo-se em autotransmitidos bastiões de cultura, certas universidades isolaram-se da comunidade. Ainda mais: a busca de um diploma universitário deveu-se em muitos casos mais ao anseio de melhor *status* na sociedade, do que à busca do saber, e a universidade se tornou, em muitos casos, um dos mais importantes mecanismos de ascensão social.

Por outro lado, estas décadas de agitação política, com prolongados períodos de severa repressão, tiveram reflexos extremamente negativos, tanto para a evolução da universidade como centro de formação cultural, quanto para o surgimento de gerações informadas dos problemas globais do país e empenhadas na busca de boas soluções. A falta de liberdade de cátedra, de que tivemos tristes exemplos, estiolou o que poderia ser um desenvolvimento fecundo da massa estudantil, e os elementos realmente interessados numa formação cultural ampla, que deveriam ser a regra, tomaram-se exceção e foram muitas vezes cerceados por seus pares.

Mesmo sem falar na manifesta insuficiência da remuneração dos docentes, houve, se é que ainda não há, falta de uma política educacional eficaz, e aí deve residir a origem de boa parte dos problemas da universidade. Por limitações de verbas e de pessoal qualificado, quer em alto nível, quer em nível médio, mas também por falta de vontade política, a pesquisa que floresceu inicialmente foi perdendo terreno. No caso de São Paulo, em que a universidade

atraiu, ao ser fundada, grandes valores europeus, que contribuíram poderosamente para a formação de numerosos professores e pesquisadores, muitos dos quais até hoje nos orgulham, tudo foi de início muito promissor. Hoje, por estranha ironia, essa contratação de valores estrangeiros não poderia ser feita... Outras universidades surgiram, mas a instituição, como um todo, foi sendo burocratizada em excesso, e, se o número de universidades e de estudantes cresceu significativamente, isso não permite afirmar que a qualidade tenha acompanhado a quantidade.

As exigências regimentais de mestrado e doutoramento como nível de carreira, em todos os cursos, indistintamente, transformaram em muitos casos a busca de aperfeiçoamento cultural e de melhoria do nível qualitativo de professores dos cursos de graduação e pós-graduação em simples cumprimento de formalidades, nem sempre justificáveis. O mestrado ou o doutoramento tornaram-se freqüentemente uma finalidade em si mesma, e boa parte das teses elaboradas apenas atenderam a exigências regulamentares, mas muitas delas certamente não alteraram a face do mundo ou acrescentaram significativamente o saber humano, não revolucionaram o universo dos conhecimentos, nem trouxeram, em grande parte dos casos, qualquer inovação de especial valia. Essas exigências, por outro lado, vêm afastando do campo do ensino especialistas e intelectuais competentes que, sem preocupação de carreira permanente e, portanto, avessos aos regulamentos, nele poderiam atuar.

Outro fator negativo foi a distinção vigente entre docentes e pesquisadores, quando é certo que todo pesquisador deveria em dado momento ensinar, e cada docente em algum momento fazer ou orientar pesquisa. A colocação dos pesquisadores em nível inferior de carreira e remuneração contribuiu consideravelmente para a queda do nível de pesquisa. Em São Paulo, a estruturação da carreira do pesquisador, equiparando-a à carreira do docente, corrigiu em dado momento uma situação profundamente injusta e inconveniente, tomando possível a livre circulação de docentes e pesquisadores nas respectivas instituições, com evidente benefício recíproco. Mas houve, infelizmente, retrocesso, e o problema ressurgiu. Seria imperativo o estabelecimento da autonomia dos institutos de pesquisa para permitir a solução do problema.

Essa livre circulação de pessoas e de idéias ainda está faltando, a meu ver, entre a universidade e a empresa, seja ela de qualquer natureza, e mesmo seja ela privada ou estatal, pois existem apenas es-

tágios de estudantes nas empresas, quando outros contatos, que adiante menciono, poderiam se estabelecer.

Há uma questão freqüentemente colocada se a formação universitária deve ser técnica ou humanística. Eu acrescentaria ainda outra indagação: deve ser apenas técnica ou humanística, ou deve também ser prática? Estou convencido de que a necessidade de escolha entre qualquer desses aspectos constitui um falso dilema, pois eles deveriam ser todos conjugados num modelo em que se procurasse atender as reais necessidades do país.

Qualquer desses aspectos o técnico, que talvez devesse mais propriamente chamar-se técnico-científico, o humanístico, ou o prático, entendido este como a serviço de atividades empresariais, se escolhido isoladamente como modelo educacional na universidade brasileira, resultaria, a meu ver, numa formação incompleta e deficiente, tanto de profissionais, como de cidadãos. Também não vejo por que deva existir uma divisão estanque entre a formação humanística e técnica, se atentarmos para o significado de cultura. A tecnologia é evidentemente importante, mas não pode ser o grande objetivo da universidade. Volto a insistir no imperativo de a universidade ser um centro de reflexão ampla, de formação de um espírito crítico e de geração de saber nos mais variados campos. Neste particular, permitir-me-ia manifestar uma preocupação que me surgiu a propósito da referência, no Programa de Competitividade Industrial recentemente lançado pelo governo, a uma reformulação do ensino superior. Parece-me que o assunto merece indagação mais profunda antes que sejamos possivelmente surpreendidos por algum fato consumado inconveniente, tanto mais que a imprensa, por sua vez, veiculou a notícia, não sei se procedente ou não, de que se cogita de transferir do Ministério de Educação para um Ministério de Ciência e Tecnologia a ser criado a responsabilidade do ensino superior. Parece-me que isso poderia representar um perigoso equívoco, se nas universidades se desse precedência à ciência e tecnologia sobre as demais funções da universidade. Voltaria nesse caso a pergunta que fiz no início desta exposição: onde ficariam as ciências exatas e as ciências humanas? É claro que tudo pode não passar de mera conjectura sem fundamento, mas mesmo assim pareceu-me que o assunto merece a referência que ora faço.

De todo modo, nestes mais de cinquenta anos de existência de universidades no Brasil, houve muitos altos e baixos, floresceram esperanças, e não faltaram frustrações. Mas creio que assim mesmo o ba-

lanço é positivo — apesar de tudo quanto deva ser corrigido, progredimos muito, e, com todas as deficiências que se possam atribuir à universidade brasileira, estamos muito melhor nesse campo do que estávamos antes de seu surgimento no cenário nacional.

Devemos procurar ser objetivos nas críticas, e moderados nos entusiasmos. Cometeram-se muitos erros, criaram-se estruturas exageradamente burocratizadas, mas fez-se muita coisa boa. É, portanto, de um ponto de vista positivo que encaro o problema e me permito fazer algumas observações e sugestões, tendo em mente o objetivo deste encontro.

A universidade deve formar cidadãos com um espírito aberto, com largueza de vistas, com boa capacidade de apreciação e compreensão dos problemas do país, e não apenas profissionais competentes. E a empresa deve dar o devido valor ao que a universidade representa em nossa sociedade e apoiá-la não só moral, como materialmente.

Assim sendo, parece-me imperativa a conjugação do ensino e pesquisa com o conhecimento do que, para maior simplicidade de entendimento, eu chamaria de realidade prática brasileira. Nesse sentido, estou convencido de que um caminho que a universidade deveria trilhar seria o do maior entrosamento com as instituições de pesquisa e com a empresa industrial, comercial, agrícola, ou de serviços. Assim como considero que seria totalmente errada a formação apenas de profissionais competentes, sem preocupação humanística ou científica, considero também que seria igualmente errado formar cientistas, tecnólogos ou pesquisadores desligados das ciências humanas e das necessidades profissionais. Já salientei a importância da livre circulação entre docentes e pesquisadores. Parece-me que seria útil pensar também, como disse há pouco, na inclusão de empresários nessa circulação de idéias e atividades. Certa participação de empresários na formação de currículos e na realização de cursos poderia dar aos docentes e pesquisadores uma visão mais ampla da realidade nacional. E, reciprocamente, a presença na empresa de docentes e de pesquisadores, quer como consultores ou como participantes de determinadas atividades, permitir-lhes-ia um conhecimento direto do dia-a-dia da empresa e daria aos empresários que porventura não tenham ainda adotado esse enfoque um sentido da importância da teoria científica e da pesquisa básica e aplicada. No contato universidade-empresa, são importantes os estágios dos estudantes durante o curso, e creio que mais e mais empresas deveriam facilitar esses estágios,

mas isso não basta. Deveria ser buscado também o contato mais estreito, a que acabo de me referir, entre os docentes, os pesquisadores e os empresários, através do estabelecimento de estágios recíprocos. Seria uma experiência válida, creio eu, quando se buscam novos caminhos para a universidade. Poder-se-ia dizer que não é um caminho ortodoxo, mas onde está escrito, em que Táboas da Lei, que a universidade só pode trilhar caminhos ortodoxos?

Tanto a universidade, como a empresa deveriam ter contato mais estreito, estabelecendo determinados programas comuns, e verificando que podem complementar-se mutuamente, sem que isso implique de modo algum, descaracterização ou perda de identidade de uma e de outra. É preciso reconhecer, aliás, que isto já vem ocorrendo em muitos casos, com os cientistas ficando mais próximos da pesquisa aplicada e encarando a tecnologia como um fator importante e necessário ao processo de desenvolvimento. Também os empresários estão começando a ver que os acadêmicos não são tão sonhadores...

Um aspecto obviamente importante, que não pode deixar de ser mencionado, é que a universidade, para bem cumprir suas finalidades e remunerar adequadamente os professores, o que hoje não acontece, precisa de dotações financeiras adequadas que lhe devem ser proporcionadas basicamente pelo Estado, sem que este possa exigir, em troca, a perda de qualquer parcela da autonomia universitária. Para isso, seria importante que a universidade pudesse elaborar seu próprio orçamento, com utilização responsável de uma dotação global, como ocorre, creio eu, em São Paulo. Isto não exclui, entretanto, uma colaboração material da empresa à universidade, seja através da prestação de serviços pela universidade, seja de pesquisas conjuntas ou de outras formas de cooperação e financiamento que, existindo vontade política, podem ser encontradas. Aqui, igualmente sem que houvesse perda de identidade e autonomia, tanto da universidade, como do setor produtivo.

Na parte dos recursos proporcionados pelo Estado, meu sonho seria o estabelecimento de um sistema nos moldes do que foi feito com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) – alocação de uma porcentagem fixa da arrecadação federal, estadual ou municipal, conforme o caso, sem que as verbas das universidades ficassem sujeitas ao eventual arbítrio dos governantes do momento.

E já que estamos falando de recursos, há outro aspecto que a meu ver deve, neces-

sariamente, ser objeto de exame. Refiro-me à discussão entre ensino público pago ou gratuito, que, aparentemente, está agora mais do que nunca na ordem do dia. Tenho sérias dúvidas sobre o acerto da idéia de se eliminar pura e simplesmente o ensino gratuito, pois ensino é uma obrigação fundamental do Estado e uma necessidade prioritária da sociedade como um todo. Isto deveria ser atendido por uma adequada tributação, que permitisse o acesso ao curso superior de camadas bem mais amplas, mais bem qualificadas para o ensino superior, do que atualmente existe. Reconheço que isso não é fácil, e que a cobrança de uma taxa, com bolsas para quem não possa pagá-la, pareceria uma alternativa defensável. Mesmo assim, prefiro a primeira alternativa, pois, além de a educação ser, como disse, um dever precípua do Estado, taxas viáveis não cobririam nem de longe o orçamento de uma boa universidade. São gastos que a sociedade não pode deixar de fazer.

Isto está ligado, aliás, à preocupação que se deve ter com o ensino de 1º e 2º graus, onde o que o país gasta é, como disse há pouco, manifestamente insuficiente. Neste particular, também é importante o papel da universidade, que, além das outras, deve ter como uma de suas finalidades, ou pelo menos de suas preocupações, participação na formação de profissionais de 1º e 2º graus e sua reciclagem. Sabemos todos que justamente nas falhas do 1º e 2º graus encontram-se muitas das razões das deficiências do ensino universitário. Trata-se, por conseguinte, de um tema que não pode, creio eu, ser ignorado num encontro como este. Também neste campo deve ser buscada a participação do setor produtivo, que, aliás, diga-se de passagem, já vem há tempo cuidando do assunto de forma significativa.

Receio ter-me alongado demais nesta exposição, mas estou agora bem próximo da conclusão. Gostaria de acentuar ainda que, se a universidade deve ser um "centro de gravidade" da produção do saber, a pesquisa básica ou aplicada não é, no entanto, um objetivo abstrato – com exceção de uma parcela, mesmo pequena, reservada a uma pesquisa inteiramente livre, deve servir à comunidade em que se insere, pois a universidade é parte da sociedade como um todo. O que não deve existir é uma subordinação a interesses imediatistas. É importante, por outro lado, que a burocracia não se sobreponha à busca do saber e não venha a estiolar as atividades acadêmicas. Uma boa estrutura burocrática é um instrumento necessário, mas seria absurdo que se convertesse numa finalidade em si mesma, ou num instrumento de poder.

Devo, creio eu, justificar o fato de me ter estendido talvez excessivamente sobre o papel da universidade, desviando-me, de certo modo, de nosso tema principal, que é o da integração entre a universidade e a empresa. Isto me pareceu, porém, indispensável, pois uma análise, ainda que superficial, do papel da universidade brasileira pode facilitar o processo de integração. Não pretendo em absoluto, com estas observações, dizer à universidade brasileira o que ela deve fazer – os senhores sabem isso muito melhor do que eu. Estou convencido, no entanto, de que a universidade tem plena potencialidade de bem servir o país, e, juntamente com a empresa, atender, no médio e longo prazos, às necessidades do processo de desenvolvimento. Daí ter procurado indicar alguns dos caminhos possíveis daqui por diante, tanto para a universidade como para a empresa, e, se minhas observações forem consideradas merecedoras de discussão neste encontro, dar-me-ei por plenamente satisfeito.

José E. Mindlin

Bacharel em direito, presidente do Conselho de Administração e presidente da Metal Leve S.A. Indústria e Comércio. Vice-presidente da Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e diretor do Departamento de Tecnologia da Fiesp. Diretor do Museu de Arte de São Paulo e presidente da Sociedade dos Amigos da Biblioteca Nacional.